



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA POLÍTICA E SOCIAL

DELEGACIA DE POLÍCIA POLÍTICA

R E L A T Ó R I O

Foi o presente auto de prisão em flagrante, lavrado contra VERA WROBEL, em decorrência da vigilância diuturna que a polícia do Estado leva a efeito visando a Segurança Nacional.

I Estando nesta Delegacia, na noite de 30-1-1969, foi-me apresentada, presa em flagrante VERA WROBEL, pelos motivos já descritos na portaria de fls. 2 ;

II As informações prestadas pelo CONDUTOR- HENRIQUE SOARES DE SOUZA GUINARDES, corroboradas pelas testemunhas CELSO GABRIEL DA MOTA e AGILSON TENÓRIO CAVALCANTE, além de uníssonas são também confirmadas pela indiciada VERA WROBEL em seu depoimento de fls. e fls.

III VERA WROBEL, apesar de ter 20 anos, participa de intensa vida político-estudantil de esquerda, cursando o 4º ano do "CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS" da faculdade de filosofia da U.F.F. foi eleita, juntamente com um colega cujo nome diz não se lembrar, representante de classe para o seminário onde estudou o currículo estudantil. Foi eleita também "PRESIDENTE DO CENTRO DE ESTUDOS DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS", além de ter feito em conjunto do Dr. LISZT BENJAMIM VIEIRA e ALUIZIO FERREIRA PALMAR um trabalho de cunho comunista, denominado "A MOBILIZAÇÃO DAS MASSAS NO BRASIL";

IV Participou das passeatas dos "CEM MIL", do "ENTÉRIO DO ESTUDANTE EDSON", na Guanabara, "PASSEATA DE NITERÓI"; gosta de leitura e o faz constantemente, além de frequentar o teatro;

11
16

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
FACULDADE FLUMINENSE DE FILOSOFIA
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
SEMINÁRIO I - CADERNA DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROF. NEUMA AGUIAR WALKER

TEMA : MOBILIZAÇÃO DAS MASSAS NO BRASIL

- EQUIPE : 2º ANO
- LÍSETTE BENJAMIM VIEIRA
 - VERA WROBEL
 - ADRIANO FERREIRA PALMAR

junho/87

esperados, pela estrutura normativa e psico-social. Os diferentes tipos de estrutura social podem ser caracterizados por diferente graus e formas de participação dos diversos grupos existentes. Nas sociedades tradicionais, por exemplo, há uma maioria da população cuja participação se circunscreve aos arredores geográficos, sem extravesar as pequenas comunidades geográficas; a ocupação se limita a isolamento no setor econômico; inexistente participação nas tomadas de decisões devido à ausência do processo político, etc. Já na sociedade industrial observa-se um alto grau de participação das massas na maioria das atividades sociais.

A integração, portanto, difere conforme a sociedade seja do tipo tradicional ou industrial. Além disso, há que se distinguir entre participação integrada e não integrada. A primeira ocorre em condições de integração normativa, psicológica e ambiental. A segunda ocorre quando não há correspondência entre a participação psicológica e normativa esperada e a que na realidade se efetua. Essa falta de correspondência pode redundar em duas tendências opostas: o excesso ou deficiência. Em virtude do desincronismo (envolvendo desintegração ou falta de integração) inerente ao processo de mudança social, o processo de participação acarretará o fato de que os grupos afetados pelas mudanças abandonarão o nível, grau ou forma de participação integrada e passarão a outros tipos de atividade não previstos na estrutura normativa e psico-social da sociedade anterior à mudança. A mudança na participação implicará redução ou aumento em nível e extensão. O primeiro caso configura os exemplos de apatia, abandono de atividades, retirada, etc. Quando ocorre o aumento da participação, presenciamos o fenômeno da mobilização. Compreende-se por mobilização o "excesso" (em grau, extensão e forma) de participação de um grupo em relação ao nível definido pela antiga sociedade como "normal" (2).

O processo de transição se caracteriza por uma desintegração da estrutura tradicional, provocando o deslocamento de grupos de seus respectivos lugares. Tal deslocamento corresponderia a uma "disponibilidade" desses grupos. Quando tal disponibilidade se traduz em uma participação mais intensa do que ocorria previamente, diz-se que há mobilização. Quando ocorre uma redução na respectiva participação por um lado e por outro proporcionar-se a mobilização real de participação de maior grau de participação dos grupos mobilizados, diz-se que há integração. A disponibilidade e mobilização podem ser seguidas de integração, seja por mobilização (legitimização da participação), seja por mudança social (redifinição). Há também a possibilidade de que a mobilização, sem levar termo ao término, seja seguida por uma desintegração e a participação se torne simplesmente uma atividade isolada e não integrada. Uma mobilização pode ser seguida por uma integração ou por uma desintegração.

1. A mobilização é um fenômeno que ocorre em qualquer grupo social, desde que este esteja sujeito a mudanças. A mobilização é um fenômeno que ocorre em qualquer grupo social, desde que este esteja sujeito a mudanças.

- a) democracia de participação limitada, em que só uma pequena proporção da população tem participação efetiva (elites e nascente classe média);
- b) democracia de participação ampliada, em que a maioria das camadas sociais adquire participação legítima (elites + classe média + proletariado urbano, em parte).
- c) democracia com participação total, em que as populações das zonas periféricas estão incluídas.

Em relação à América Latina, Germaini (4) afirma a inaplicabilidade desses esquemas, preferindo adotar uma tipologia de países, fundada em certos critérios. Assim, teríamos:

- a) países em que a mobilização e integração estão quase completas :
Uruguai.
- b) países em que a mobilização está quase completa e a integração - incompleta: Argentina e Venezuela.
- c) países de crescente mobilização e integração em estado de equilíbrio: Chile, Brasil e México.
- d) países com baixa integração e extensa e rápida mobilização: maioria dos países latino-americanos.

*com
can
ca
estabilidade*

III - DE 1930 A 1964 : INTELETTUALIZAÇÃO E INSTITUIÇÃO POLÍTICA.
ROMULÃO DOS MEISLES.

A história do movimento do sindicalismo brasileiro deve ser enfocada a partir de uma ligeira digressão da evolução econômica, política e social do contexto em que ele se insere.

O movimento operário nas primeiras décadas do séc. XX, é um movimento que se apoia sobre um proletariado industrial extremamente minoritário no conjunto da população brasileira, da qual cerca de 80% habitava o campo. Por outro lado, além da fraqueza numérica outros fatores contribuíram para a sua exclusão do processo político: a elevação do número de trabalhadores estrangeiros, a grande proporção de mulheres e menores que integravam a mão de obra fabril e que não tinham direito a voto e a elevada taxa de analfabetos existentes entre os trabalhadores, que acarretava também a exclusão do corpo de eleitorado. Essa classe operária não tem, portanto, chances de participar e interferir nas decisões do governo. O sindicalismo é débil e não dispõe de instrumentos de pressão contra o Estado, apesar da ocorrência de algumas greves em 1930 ter refletido conflitos de classe. Por outro lado, a população rural ainda menos do que o proletariado urbano, não tinha condições de se constituir em força política; dispersas, isoladas e as populações urbanas, não conseguem estabelecer laços de solidariedade profissional, ou melhor dizendo, não chegaram a constituir uma classe, já que se entende por classe não apenas a situação do indivíduo no sistema de produção, mas também um consciência de situação comum que permita derivar uma atuação conjunta.

A estrutura política brasileira até 1930 se caracterizava por um regime oligárquico de caráter monocrático, um vez que se baseia na dominação exclusiva de um grupo econômico: setor agrícola de produção e exportação de café.

Em 1930 surgiu um movimento político-militar, conhecido por tenentismo, que procurava desalojar do poder a oligarquia dominante. O tenentismo foi um movimento típico do Brasil médio, originado pelas aspirações liberais democráticas (como por exemplo, o voto secreto), consolidando-se na maior parte sob influência política, militar, profissionalista etc. Situado nos limites da influência do coronelismo, teve lento desenvolvimento, o tenentismo vinculou-se ao movimento inconformista que se tratava de fazer a queda do antigo monopólio corporativista e a abertura do sistema. Esse movimento culminou com a revolução de 1930 que pôs fim ao domínio da oligarquia política brasileira.

na luta
de liberdade
política,
nas suas
ações
em outros
múltiplos
campos
sociais
e políticos.

Brasil, e importou bens manufaturados dos países estrangeiros em grande quantidade. Essa deterioração na relação de troca não se refletiu na classe operária, pois seus efeitos foram atenuados. Devido à crise econômica, porém, essa classe organizou-se para a luta de classes e com a crise econômica de 1929, sofreu efeitos políticos ao fazer sentir na Revolução de 30. A classe trabalhadora exteriorizou suas possibilidades e iniciou o processo de industrialização no Brasil ligando-se às tendências internacionais internas com o acúmulo de capital e a disponibilidade de mão de obra. A industrialização no Brasil foi feita, sem a base de substituição de importações.

Essas profundas transformações na estrutura econômica influenciaram as alterações na composição da estrutura política brasileira. Assiste-se à liquidação do Estado oligárquico, ligado à estrutura social à base da grande exploração agrícola de exportação, e à formação de um Estado democrático apoiado nos setores populares urbanos e nos setores sociais ligados à industrialização. Iniciou-se nessa época a transição que na tipologia de Gerassi seria a passagem de uma democracia com participação limitada a uma democracia com participação ampliada.

A desistência da economia de exportação não conduziu a um conflito aberto entre os setores urbanos industriais e os setores tradicionais (9). A desagração da economia e a crise (crise no mundo de mundial mais superprodução) permitiu renovação da classe dirigente, antes baseada exclusivamente nos interesses do setor exportador. O capitalismo industrial se instalou transferindo para o conjunto da população os prejuízos da economia e a crise (10). A economia brasileira passou a depender exclusivamente de impulsos externos mas por outro lado o processo de industrialização está em margem lidando e dependendo da estrutura agrícola tradicional. Esse fenômeno tem importantes reflexos sociais e políticos na estrutura do poder.

As classes médias brasileiras que surgiram no cenário político nacional com o tenentismo e a Revolução de 30, não representam condições sociais e econômicas que lhe permitissem defender os interesses da grande propriedade agrícola.

A classe trabalhadora e a pequena e média propriedade agrícola tiveram o seu desenvolvimento social e econômico na forma de propriedade e de organização, mas não tiveram condições de se desenvolverem como setores da grande propriedade agrícola. Os setores populares urbanos e a pequena e média propriedade agrícola, ao contrário da grande propriedade agrícola, não tiveram condições de se desenvolverem como setores da grande propriedade agrícola. Os setores populares urbanos e a pequena e média propriedade agrícola, ao contrário da grande propriedade agrícola, não tiveram condições de se desenvolverem como setores da grande propriedade agrícola.

Volta do 34, impõe a necessidade de um novo estruturamento do poder. A nova configuração do poder não é expressão imediata do poder econômico. Nenhum dos grupos é realmente representativo - classes médias urbanas, setor e feitor e os setores agrícolas menos vinculados à exportação - devida à excludibilidade do poder político. O Estado passa a ser incorporado ao conjunto da sociedade como soberano, mas por outro lado o compromisso entre aqueles grupos não é legítimo. As classes médias, porque não possuem autonomia política; os interesses e feitores, porque foram deslocados do poder pela crise econômica e os setores não vinculados à exportação porque estão desligados do centro da economia. Nessas condições, surge um novo grupo que proporciona a única fonte legítima possível do novo Estado: as massas populares urbanas.

Surgem assim na história política brasileira as massas populares que serão manipuladas pelo governo de Vargas sob o nome de "O Povo" e cria um estatuto sindical paternalista, de uma legislação trabalhista urbana (sem ferir os interesses do latifúndio), legisla em questões sociais reconhecendo o direito de as massas formularem reivindicações. A legislação trabalhista formulada por Vargas representou um progresso em face da situação pré-existente em que a situação social era tratada como um caso de polícia. Por outro lado, devido ao seu caráter paternalista, o sistema corporativo implantado de cima para baixo viciou a mobilização das massas retirando a sua autenticidade, na medida em que impedia a sua organização autônoma. Alguns direitos eram concedidos (sindicalização, reclamações trabalhistas, eleição de líderes sindicais) e outros negados (greve, liberdade de escolha de seus líderes). O controle efetivo pelo Ministério do Trabalho gerou o fenômeno da delegação. Permitia-se que os trabalhadores sindicalizados tivessem uma ideologia diferente dos empregadores, mas desde que fosse a ideologia de Vargas e de seus agentes (7).

A ideologia trabalhista punha fim às prerrogativas dos militares revolucionários de transformar os sindicatos em instrumentos de luta anti-estatalista (8). Em síntese, a ideologia trabalhista excluiu a possibilidade de uma ideologia socialista.

O populismo representou um papel importante na orientação da ação pelo sindicalismo brasileiro. Sua expressão ideológica é a nacionalismo que, se usou um lado representava a necessidade das do momento histórico por que passava o país (de envolvimento versus interferência estrangeira), por outro lado dependia da diferenciação social da classe trabalhadora. Não havia um bloco monolítico. O populismo surgiu com o desenvolvimento do movimento de massa, a classe média (nacionalista) e a classe operária (socialista) e o campo (latifundiário) e não havia um bloco monolítico. O populismo surgiu com o desenvolvimento do movimento de massa, a classe média (nacionalista) e a classe operária (socialista) e o campo (latifundiário) e não havia um bloco monolítico. O populismo surgiu com o desenvolvimento do movimento de massa, a classe média (nacionalista) e a classe operária (socialista) e o campo (latifundiário) e não havia um bloco monolítico.

observou nos anos que antecedem ao golpe de 64. Surge nessa época o Conselho Geral dos Trabalhadores (CGT) que, fortalecido pelas duas greves de 1962 e 1963 no país (renúncia de Janio e plebiscito), apresentou uma tentativa de conferir uma natureza independente ao sindicato através de uma perspectiva socialista. O poderoso CGT pressionava o governo João Goulart que tentava equilibrar-se entre a direita e a esquerda.

Começa no momento uma rápida degradação sobre dois eixos que se relacionam estreitamente com a abandonação da mobilização de massas no Brasil.

Logo que se levava a efeito no Estado de Guanabara revelou-se que os sindicatos também a elegem para seus líderes aqueles indivíduos mais analfabetos, isto é, aqueles que apresentam menor renda, menor de instrução mais elevado, que tendem por sua vez a serem os mais radicais e a se identificarem com as massas tribuladas e analfabetas. Um exemplo significativo é o CGT, com ideologia socialista. Por outro lado os trabalhadores menos qualificados, menor renda, instrução e de origem rural identificam-se com o trabalhismo populista (a proletarianização representa uma melhoria de vida para o trabalhador egresso do meio rural, contrário ao que ocorreu nos países ocidentais com a Revolução Industrial).

Uma outra realidade em São Paulo, revelou que a capacidade de mobilização dos operários para ações coletivistas é mais baixa e encontra melhores condições de efetivação nas grandes indústrias. Isto se verifica pelo fato de que nas indústrias de pequeno porte, isto é, com menor número de empregados, as relações entre empregador e empregado são de natureza pessoal e direta e paternalista.

O golpe de abril de 64 veio demonstrar que muito embora os líderes dos sindicatos se dissessem representantes das classes trabalhadoras, estavam desligadas das bases operárias. A organização propriamente se limitou quase sempre a minorias mais ativas e outros dirigentes, permanecendo a base e a grande massa operária praticamente à margem, inestruturada e sem vida orgânica (9).

A atividade das massas limitou-se a comparecimento nas Assembléias em épocas de eleições eleitorais ou reivindicações salariais, de curta duração e cuja atuação o paralisava a perspectiva de sua vida política. Foi assim o proletariado utilizado como massa de manobra por minorias análogas das mesmas classes. O movimento de massa no Brasil pertence aos mecenades: um círculo vicioso (Frente Popular Nacionalista), um círculo vicioso (Frente Nacionalista) etc.

A situação mudou a partir da criação dos sindicatos etc. O movimento de massa no Brasil pertence aos mecenades: um círculo vicioso (Frente Popular Nacionalista), um círculo vicioso (Frente Nacionalista) etc. O movimento de massa no Brasil pertence aos mecenades: um círculo vicioso (Frente Popular Nacionalista), um círculo vicioso (Frente Nacionalista) etc.

III- PROPOSTAS PARA PESQUISA E ANÁLISE

O retrocesso político advindo do Golpe de 1964 impõe a necessidade de reestruturação do sindicalismo brasileiro para que ele possa desempenhar o papel que lhe está reservado no processo revolucionário do país. O presente trabalho, porém, não tem por objetivo um aprofundamento da questão. Poder-se-ia apenas aflorar alguns pontos essenciais que demandariam posterior análise e pesquisa.

- 1 - Reestruturação do sindicalismo com autêntica participação das massas e desvinculamento da esfera do Ministério do Trabalho.
- 2 - Passagem do estado de massas à uma situação de classes, com o decorrer do processo de desenvolvimento econômico e do respectivo acirramento das contradições.
- 3 - Natureza e sentido da pressão sindical na crescente atividade estatal, orientando-a na direção de uma política econômica determinada pelas necessidades reais das massas trabalhadoras e no contexto da expansão industrial.
- 4 - Fortalecimento da consciência da classe operária em face da luta anti-imperialista e do agravamento das contradições entre o capital e o trabalho.
- 5 - Integração das massas rurais no processo de mobilização, de forma a se conseguir uma atuação conjunta do operariado urbano com os trabalhadores rurais em face da potencialidade revolucionária do campo.
- 6 - Análise das contradições entre as zonas industriais e rurais (colonialismo interno, "qualidade básica", os dois Brasis, etc.) Crítica de Rodolfo Stavenhagen in "Sete Teses Equívocas sobre a América Latina".
- 7 - A importância da guerrilha na estratégia revolucionária da América Latina, como principal forma efetiva de mobilização

em massa política, como principal forma efetiva de mobilização política e de luta política do setor político pelo proletariado. A guerrilha deve ser uma luta para o povo em geral. De que forma se pode esperar que o proletariado possa na América Latina conseguir uma luta revolucionária? De que forma se pode esperar que o proletariado possa na América Latina conseguir uma luta revolucionária? De que forma se pode esperar que o proletariado possa na América Latina conseguir uma luta revolucionária?

...segunda estrutura e um movimento
econômico. Esta é um bom exemplo. E
...segunda estrutura foi bastante utilizada e
...muito pouco de estrutura.

...segunda estrutura de organização;
...segunda estrutura de mobilização e um
...segunda estrutura de volta à estrutura
...segunda estrutura de participação dos
...segunda estrutura que está surgindo com a
...segunda estrutura da sociedade. Assim qualquer
...segunda estrutura que representa uma estrutura com
...segunda estrutura de resolver problemas: entre
...segunda estrutura e empugadores e empugadores
...segunda estrutura como sendo excessiva. Como
...segunda estrutura de participação envolvendo pela
...segunda estrutura como normal e o de relações
...segunda estrutura entre empugados e empugadores (veja
...segunda estrutura - Políticas no Brasil, Interação e
...segunda estrutura em Brasil Interação e Interação
...segunda estrutura Brasil - Relações Sociais em Brasil
...segunda estrutura em Sociedade Industrial no Brasil
...segunda estrutura, há uma gama de ações que podem
...segunda estrutura como indicadores de mobilização
...segunda estrutura "papel" mais consideram muitos tipos de
...segunda estrutura mais consideram mais de que a estrutura
...segunda estrutura estrutura. Assim, a estrutura que
...segunda estrutura a estrutura estrutura é a
...segunda estrutura final não se formalmente
...segunda estrutura estrutura, estrutura e estrutura
...segunda estrutura estrutura, estrutura de estrutura

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 - GERMANI, Cino. "Política Y Sociedad En Una Época de Transición". Editorial Feidos. Buenos Ayres. Quo...
- 2 - GERMANI, Cino. "Social Change and Intergroup Conflict" in "The New Society" Edited by Irving L. Horowitz. New York University Press.
- 3 - GERMANI, Cino. Op. Cit.
- 4 - GERMANI, Cino. Op. Cit.
- 5 - FURTADO, Celso. "Dialética do Desenvolvimento". Editora Fundo de Cultura. 1964.
- 6 - HOFFMANN, Francisco G. "Estado e Classes no Brasil" in "Revista de Sociologia e Política" nº 7. Maio de 1966. pp.
- 7 - HOFFMANN, Francis G. "Mobilization of the Working Class in Brazil" (art. 11)
- 8 - RODRIGUES, Leôncio. "Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil". Ed. da Europa de Livros, 1966.
São Paulo
- 9 - PRADO JR., Caio. "A Revolução Brasileira". 1966.
São Paulo

As referências utilizadas apenas países latino-americanos),
e apresentam a respeito de sua história e desenvolvimento
o problema da mudança estrutural. Este é
comparando alguns aspectos de países de desenvolvimento
do, de... processo, porém, os resultados. Solução
vários podem aparecer apenas se um estudo
sistemático dos problemas.